

40º Encontro Anual da Anpocs

**SPG 04: Ciências Sociais e Educação: dilemas e possibilidades na
produção do conhecimento**

**Diálogos entre Antropologia e Educação: um caminho pelos grandes
congressos das Ciências Sociais**

Simony Cristina Teixeira dos Anjos (USP)

Resumo: Esse paper é parte de um estudo mais amplo, envolvendo os seguintes anais: a. maior reunião de pesquisa em educação (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação); b. maior reunião de pesquisa em Ciências Sociais (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e c. maior reunião de pesquisa em Antropologia (Associação Brasileira de Antropologia). Assim, essa comunicação objetiva traçar os caminhos dos debates da Antropologia com a Educação, tratando, assim, de um levantamento das comunicações que relacionaram Antropologia e educação, tendo como arquivo os encontros da Anpocs entre 1995 e 2015. Com base do Tripé Foucaultiano do saber, poder e verdade, esse paper traçará os temas e maiores discussões em torno do tema Educação e Antropologia, apontando para a construção dos discursos, disputas entre os campos do conhecimento e disputas discursivas.

Palavras-chave: Antropologia e Educação; saber-poder; verdade; disputas discursivas.

Diálogos entre Antropologia e Educação: um caminho pelos grandes congressos das Ciências Sociais¹

A construção do sujeito como objeto de pesquisa na Antropologia e na Pedagogia

Sendo a Antropologia uma ciência social, ela é um campo do conhecimento constituído por estudos de comunidades humanas e suas organizações. Podemos, então, identificá-la como uma ciência que se preocupa com o estudo do homem em seu meio. Da mesma forma, a Pedagogia se preocupa com o estudo do homem, mas debruça-se sobre a formação cognitiva do indivíduo e a sua instrução.

Na etimologia das palavras Pedagogia e Antropologia, vemos que a primeira é constituída de dois radicais da língua grega: “*Paidos*” e “*Agoge*”, sendo que o primeiro significa *criança* e o segundo *conduzir*. A segunda, constituída dos, também, radicais gregos “*Ánthropos*” e “*Lógos*” que significam, respectivamente, *homem* e *tratado ou estudo*. Na figura do pedagogo, na idade clássica, estava circunscrita a tarefa de conduzir as crianças, ensiná-las e auxiliá-las no crescimento. Enquanto, no nascimento da Antropologia, por volta do século XIX, os antropólogos se debruçavam no estudo do homem, tanto do ponto de vista anatômico, biológico e físico, como em seus diversos aspectos culturais, sociais e históricos (denominados campos Cultural, Social e Arqueológico da Antropologia).

Se atentarmos para uma Pedagogia Moderna, não nos depararemos, apenas, com pessoas que conduzem crianças em seu crescimento e ensinam regras cotidianas de convivência e religião, aleatória e pacificamente. Segundo Alfredo Veiga-Neto, após o fim da idade média:

...a Pedagogia, na forma em que hoje a conhecemos, estruturou-se no mundo europeu a partir do século XVI. Como muitos autores têm demonstrado, foi a partir de então que tais saberes (pedagógicos) foram tomando uma nova forma e dizendo coisas muito diferentes do que, até então ao longo da Idade Média, se diziam sobre o ensinar e o aprender. (VEIGA-NETO, A. Algumas raízes da Pedagogia Moderna. 2004)

¹ Simony Cristina Teixeira dos Anjos é mestranda do Programa de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da USP.

o autor argumenta que a Pedagogia Moderna se estabeleceu em torno da máxima de que a escola é importantíssima para a socialização e ensino de crianças na sociedade ocidental. Nesse sentido, a Pedagogia se torna um vetor discursivo da educação e da socialização do homem.

Mesmo não sendo o enfoque do presente trabalho a emergência do sujeito-objeto² da Pedagogia, faz-se necessário esse retorno ao início da Pedagogia Moderna, para traçarmos como o campo pedagógico construiu um discurso científico sobre o sujeito ensinável, a partir de problemas históricos que demandaram uma solução: se o homem passa a entrar no centro do discurso, como não se preocupar com a formação desse homem? Como não medir as etapas da sua vida, seu desenvolvimento e capacidades cognitivas? Como dar conta dessas tarefas, senão começando pela infância? Após séculos da invenção da Pedagogia Moderna, parece-nos que a Escola estava fadada a existir, seja pela necessidade do ensino e preocupação com a formação do Homem.

E é no meio da ebulição de ideias científicas, artísticas e filosóficas modernas que se compõe o campo da Pedagogia e a necessidade de dar conta da diversidade, produzindo técnicas e discursos que criam a diversidade e fomentam o lugar e a melhor maneira de normalizar o que é diverso. Se, num primeiro momento, a Pedagogia excluía quem tinha distúrbios mentais e físicos, evitando a entrada desses indivíduos nos espaços escolares. Na metade do século XX, passa-se a pensar a inclusão, a diversidade e normalização dos espaços escolares para receberem todas as crianças, para assim, ensiná-las e alocá-las nas instituições escolares – que são, por essência, a espacialização do discurso pedagógico.

Por outro lado, a constituição da Antropologia como Ciência Social, e a respectiva criação do seu sujeito-objeto, dá-se num momento muito específico da História recente: o Imperialismo Europeu e a conquista em larga escala de terras em

² Uma vez que o sujeito, embora construído de formas diferentes em cada área do conhecimento, é o objeto constituinte das análises tanto da Antropologia quanto da Pedagogia, passaremos a chama-lo de sujeito-objeto da antropologia e de sujeito-objeto da pedagogia. Uma vez que tomado por essas áreas do conhecimento, passar a ser construído e configurado conforme as indagações e análises de cada disciplina – ou seja, não se trata do mesmo sujeito, mas de objetos construídos conforme a circulação do saber em cada área.

todos os continentes. Se na era do capitalismo mercantil, alguns países europeus alcançaram terras longínquas, a dedicação ao conhecimento dos grupos sociais destas novas terras ficava por conta dos relatos de viajantes (sejam padres, comerciantes ou exploradores que morariam nesses lugares).

No século XIX, com a onda imperialista acontecendo concomitantemente com a criação de uma ciência de tradição iluminista, que colocou o homem no centro do debate. Surgiram nomes como: Maine (“Ancient Law” - 1861); Herbert Spencer (“Princípios de Biologia” - 1864); E. Tylor (“A Cultura Primitiva” - 1871); L. Morgan (“A Sociedade Antiga” - 1877); James Frazer (“O Ramo de Ouro” - 1890); entre outros que pautaram o início pela preocupação pelo outro de forma sistematizada e mensurável, de acordo com a ciência de sua época. Para esses cientistas, apenas o relato do que se encontra em terras estrangeiras, não bastava. A comparação entre culturas, religiões, “estágios da humanidade”, estiveram bem presente no começo da ciência Antropologia.

Em poucas décadas de existência, como uma Ciência Social – temos que considerar que o Darwinismo teve importância nos estudos de Antropologia Física e Genética – a Antropologia passou por muitos embates epistemológicos, com muitas rupturas e críticas aos primeiros Antropólogos: a Escola Sociológica Francesa; a escola Funcionalista; a Escola Culturalista Norte-Americana; a Escola Estruturalista; o Paradigma da Antropologia Interpretativa e a Escola Pós-moderna ou Crítica.

Pensando a pedagogia moderna e a antropologia, não há como definir uma única pergunta que cria um único sujeito de cada campo do conhecimento. Os próprios campos que chamamos, aqui, de Pedagógico e Antropológico, estão em disputa. O que buscamos delinear é como esses dois campos do conhecimento – que tiveram processos tão diferenciados de construção do sujeito-objeto e formulações das perguntas que possibilitaram o fazer científico – se aproximam com toda essa carga de disputas para a criação de outro objeto de pesquisa: *o sujeito da cultura no espaço escolar*.

Nesse panorama de disputas na construção dos seus objetos por caminhos diferentes, apostamos que o encontro dessas duas ciências podem ser profícuas para dar conta de uma nova movimentação nos estudos educacionais: a Antropologia da Educação. Com esse objetivo, construímos um arquivo com pesquisas que relacionassem

os dois campos do conhecimento e que foram comunicadas nos congressos da Anpocs entre 1995-2015.

Para a construção do arquivo, se faz necessário traçar um recorte temporal que nos possibilite observar como os dois campos do conhecimento se comportaram, se aproximaram e discursaram sobre a educação. Com o objetivo de traçar essa aproximação recente entre a Pedagogia e Antropologia brasileiras, com seus temas e preocupações epistemológicas, optamos por levar em consideração dois fatores históricos importantes para o Brasil e para a área da educação. O primeiro foi a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, no ano de 1988; o segundo, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, no ano de 1996.

A partir desses dois acontecimentos históricos, importantíssimos nas reivindicações dos movimentos sociais no cenário político brasileiro, verificamos que a Antropologia esteve muito envolvida com a exigência da entrada dos direitos civis dos indígenas na Constituição de 1988, entre eles a educação indígena. Sendo esse tema, objeto de pesquisa, militância e pauta para se pensar um currículo escolar indígena, a partir da ótica antropológica.

Começando a tomar corpo no período da redemocratização brasileira (meados da década de 1980), a Antropologia da Educação começou a se debruçar sobre a educação indígena levantando um estandarte da Educação como porta de entrada para a Cidadania Indígena. A educação era apenas um dos temas que faziam parte de todas as questões indígenas postas e tão caras para essa ciência.

Ao passo que, no bojo das discussões da LDB, os movimentos sociais pressionaram para que a diversidade estivesse em pauta na construção desta Lei: como a educação de Jovens e Adultos, a educação campesina, a constituição social da população brasileira (africanos, indígenas e europeus), população indígena e as peculiaridades das diversas regiões brasileiras. Acreditamos que a presença da diversidade nas discussões da LDB³ foi esse um dos principais acontecimentos que convocaram os estudos da

³ Na LDB, temos os artigos 28 e 78 que tratam, respectivamente, das populações campesinas e indígenas. Por esse viés, nos parece que a própria estruturação da LDB chama o estudo desses “saberes culturais” para o campo da educação.

diversidade populacional e cultural para o centro da discussão do currículo e do espaço escolar.

Com base nesse cenário histórico e com a discussão do currículo espaço escolar e acesso à educação, por esses campos do conhecimento, optamos por trabalhar com 20 anos, entre 1995-2015, com os Anais das reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Acreditamos que os Anais são uma espécie de termômetro do que tem sido discutido e pesquisado nas universidades. Tratam-se de uma pesquisa em estado bruto, sendo desenvolvido e lapidado no bojo do cenário sócio-histórico-político.

Com esse recorte temporal, acreditamos ser possível mapear as primeiras pesquisas e discussões afetadas pela promulgação da Constituição de 1988, assim como, observar como se comportou a discussão dessas Ciências no momento da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases. É muito caro, para esse trabalho, traçar as aproximações, tensões e produções de conteúdos gerados a partir desses embates históricos nos quais a Constituição e a LDB foram forjadas. Com esse recorte, acreditamos que poderemos perseguir a tensão e produção de discursos desses diferentes campos do conhecimento, a partir de suas ferramentas e entendimentos, sobre acesso à educação e sobre a diversidade.

Trouxemos, também, as questões dos embates sociais na cena das políticas públicas para educação, pelo fato de acreditarmos que não se pode interrogar quais os caminhos que essas disputas entre a Antropologia e a Pedagogia traçaram, fora do contexto histórico-político. Consideramos, também, que esse debate está pujante nos domínios da educação, pois são muito recentes as demandas por estudos da diversidade de gênero, étnica-racial e da acessibilidade para a Pessoa com deficiência.

A escolha pelos anais dos maiores congressos das áreas de Ciências Sociais, Antropologia e Educação deu-se, principalmente, pela possibilidade de mapear as discussões mais importantes de cada momento histórico, uma vez que em Grupos de Trabalho e em Seminários Temáticos, os pesquisadores apresentam suas pesquisas

desenvolvidas que estão diretamente ligadas com o cenário histórico, político e econômico de sua época.

Os anais mostram trabalhos que foram avaliados por seus pares e aprovados nos Seminários de Trabalhos dos mais importantes congressos, de acordo com os temas que os organizadores pautaram como importantes. Não se constrói uma mesa de congresso científico aleatoriamente, na sua composição estão expostos quais os temas importantes, quais os espaços que esses temas têm e como tais temas são tratados. Trata-se da relação de poder na comunidade acadêmica.

O cerne da questão é: quando esses campos começam a reivindicar para si a métrica da pesquisa Antropológica em Educação? Como as disputas discursivas nos congressos trazem para seus respectivos campos a *autoridade* para definir como se deva etnografar ou pensar esses espaços com a parceria de antropólogos. Afinal, tem maior legitimidade para falar de Educação e Antropologia, os antropólogos que e seus referenciais teóricos ou a Pedagogia e a sua tradição em pesquisas nos espaços institucionalizados de educação?

Transcrevo o resumo do Artigo escrito, em 1997, por Neusa Gusmão, Antropologia e Educação: Origens de um diálogo:

Antropologia e educação constituem hoje, um campo de confrontação em que a compartimentação do saber atribui à antropologia a condição de ciência e a educação, a condição de prática. Dentro dessa divergência primordial, profissionais de ambos os lados se acusam e se defendem com base em pré-noções, práticas reducionistas e muito desconhecimento. Muitas coisas separam antropólogos e educadores, mas muitas outras os une. Neste texto, busca-se ressaltar o que há de comum e de diferente em ambas as áreas com base na existência de um diálogo do passado que possibilite um diálogo futuro. Considera-se assim, a possibilidade de superação dos preconceitos e, neste sentido, apontar para um avanço do conhecimento.

Esse tom pauta uma boa parte da produção acadêmica dos Antropólogos sobre Educação de meados da década de 1990, até muito recentemente. Há uma insatisfação com a utilização do aporte teórico, com a instrumentalização da Antropologia e uma, possível, diminuição dessa ciência.

Portanto, com o cruzamento das temáticas discutidas no encontro da Antropologia e Educação, nos congressos, pretende-se:

1. Mapear com quais temáticas as Ciências Sociais se debruçaram na seara da educação
2. Com quais problemas a Antropologia se preocupou em relação ao campo da Educação
3. Como a Pedagogia e estudos de educação se aproximaram da Antropologia e seus métodos etnográficos

Acreditamos que essas perguntas poderão ser esclarecidas, ou aprofundadas, a partir do conhecimento dos temas e das discussões de cada período, com a emergência de cada demanda social, de cada nova lei promulgada, de novos embates nas cenas políticas e acadêmicas, durante os vinte anos do arquivo estudado.

A aproximação dos campos

Arte popular é cultura.

*Tudo o que o homem
inventava e faz é cultura⁴.*

O excerto acima, da cartilha Viver e Lutar, mostra que os primeiros movimentos de aproximação entre Antropologia e Educação, aconteceram na década de 1960, quando há uma guinada dos estudos antropológicos para os grupos tradicionais do campo, conseqüentemente, a escola aparece como uma necessidade desses grupos. Assim como a

⁴ (24ª lição da cartilha Viver é lutar, Movimento da Educação de Base, 1964)

educação indígena apareceu nos estudos antropológicos nessa área temática. Contudo, essa aproximação não fez com que a Antropologia se dedicasse aos espaços institucionalizados de ensino e educação, seria uma aproximação que os objetos Campo e Sociedades Indígenas proporcionaram.

A tradição da Antropologia Brasileira de se dedicar intensamente aos estudos de comunidades tradicionais, principalmente indígenas, que não tinham sistemas formais de educação, não instigou a Antropologia a eleger a educação formal como objeto de importante dedicação. O que de certa forma, fez com que esse tema aparecesse nas pesquisas sempre de forma adjacente. Considerando que, dadas as circunstâncias históricas, a tendência da Antropologia não era de produzir pesquisas sobre currículos escolares, o estudo da diversidade na educação e a produção de materiais didáticos.

Essa recente aproximação da Antropologia nos campos formais de educação nos faz perguntar: por que, dado o cenário histórico das reivindicações sociais, da necessidade de dar conta da diversidade dentro da escola, a Antropologia é demandada nos debates? Percebemos que essa aproximação dos campos fica bastante evidente num período histórico em que sujeitos normalizados e uniformes das salas de aula sofrem um deslocamento (há uma forma de regulação das diferenças: proporciona a inclusão e acessibilidade do ensino a todos, normaliza-se o acesso para todos) e esse movimento dá lugar para os sujeitos diversos, diferentes (patologizados, ou não), abrindo flanco para discussões que vão além do sujeito-cognitivo, mas demandam o sujeito-cultural no espaço escolar.

A nossa hipótese de trabalho defende que a aproximação desses dois campos, dado o recorte temporal, tem duas frentes de possível exploração e que, a partir de uma cronologia que cruza esses dois fatos, pode-se perseguir uma teia de acontecimentos que não são desconectados, mas que compõe um embate no campo da educação quando da redemocratização do país.

A primeira frente trata do interesse da Antropologia pela educação formal a partir da discussão e promulgação da Constituição Federam de 1988, como já falamos, por causa da Educação Indígena. E a segunda é a necessidade de responder a uma demanda social que exige do campo da Pedagogia, uma especialização na oferta de ensino e de materiais didáticos para diferentes grupos sociais.

Se, tanto a Pedagogia como a Antropologia, se compõem a partir do estudo do sujeito, a Antropologia do sujeito cultural e a Pedagogia do sujeito cognitivo, apostamos, aqui, que houve um deslocamento das perspectivas de abordagens desse objeto quando da aproximação desses dois campos do saber. Não que seja harmoniosa e complementar, perseguimos as possíveis disputas discursivas nesses campos e nos questionamos como que a primeira passa a se preocupar com o sujeito cultural nos espaços de educação institucional e a segunda se vê encurralada, dadas as circunstâncias históricas, a procurar novas ferramentas metodológicas para resolver seus problemas.

Perguntas como: por que a Pedagogia tem se aproximado tanto da etnografia? Será que essa ciência tem instrumentalizado a Etnografia para constatação e mensuração da diversidade dentro dos espaços escolares? Essa postura da Pedagogia frente ao estudo das diferenças humanas tem constituído uma disputa com a Antropologia? Como, no Brasil, a Antropologia passa a se preocupar com os espaços escolares sob a ótica do homem imerso na cultura? E, da mesma forma, como a Pedagogia deixa de se preocupar apenas com o homem dentro dos espaços escolares e passa a se preocupar com o homem imerso na cultura?

Parece-nos, à medida que a diversidade e cultura foram se tornando pauta mais intensa no campo da educação, mais a Pedagogia se aproximou do campo antropológico. Se na década de 1990, há um movimento em direção à diversidade, pelas recentes LDB e Constituição federal, que pela pressão da sociedade, e da própria academia, passou a figurar na agenda da educação, na década de 2000 a discussão fica mais candente. Na recente década de 2010, conforme os movimentos sociais mais pressionam o poder público, mais a o estudo da diversidade adentra aos muros escolares.

Em artigo de 2015⁵, Amurabi Oliveira diz que:

Compreendo que essa discussão é de fundamental relevância tanto para o campo da Antropologia quanto da Educação, tendo em vista a crescente produção acadêmica que tem emergido nessa interface, bem como a emergência de diversas políticas públicas em educação que colocam a questão da cultura no centro do debate, o que demanda uma profunda reflexão

⁵ Sobre o lugar da Educação na Antropologia Brasileira in: Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.24, n.1, p. 40-50, jan.-jun. 2015

antropológica sobre a atual realidade educacional brasileira. (OLIVEIRA, A. 2015)

Oliveira destaca, ainda, que o advento das Leis 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as séries da educação básica, assim como a Lei 11.645/08, que introduz a questão indígena no currículo escolar, além de todas as demandas sociais em torno dessas causas, são vetores importantes nos recentes debates desses campos do conhecimento.

A Antropologia e seu interesse pela Educação

Para a Antropologia Cultural, a educação foi objeto importante para a formulação de seus problemas e teorias, afinal o que faz de um homem um homem senão a cultura? E o que introduz esse homem à cultura, senão o que lhe ensinam? Para que servem ritos de passagens, arranjos sociais que dividem o trabalho, as hierarquias, as interdições sociais, senão para ensinar o homem a ser integrante de seu grupo social? A educação, podemos dizer, organiza os papéis e os lugares sociais.

Margareth Mead, antropóloga americana, que integrou o que podemos chamar de Escola Culturalista Norte-Americana (com Franz Boas e Ruth Benedict), ocupou um lugar importante nas discussões entre Educação e Antropologia na década de 1980. Mead, fortemente influenciada pela psicologia, passou a se preocupar com os processos de formação do *ego* nas sociedades tradicionais que pesquisou (CARVALHO; RAVAGNANI; LAUAND, 1980).

Sendo a Educação um ponto discutido na Antropologia como aspecto importante da formação do homem, acreditamos que ambos os campos do conhecimento se debruçam sobre o mesmo objeto: o homem e os meios pelos quais ele aprende a ser homem. A Pedagogia se especializando em ensiná-lo e a construir a instituição de ensino: a escola. Já Antropologia, se dedicando ao estudo da cultura e como esse homem é introduzido no meio sócio-cultural.

O endereçamento da pergunta ao arquivo

Para tal empreitada, em companhia o filósofo francês Michel Foucault, tomaremos como esteio de trabalho a tríade: saber, poder e verdade. Sendo que, para Foucault, tanto o saber, o poder, como a verdade, constituem um jogo de forças e desse jogo emergem, acreditamos ser essa ótica a melhor forma de se endereçar para esse arquivo, tendo em vista os conflitos políticos, sociais e históricos que marcam o início da década de 1990 e vão se deslocando ao decorrer das décadas seguintes.

Se há fatores históricos que aproximaram esses campos: as exigências por direitos na área da educação e a necessidade de conhecer a diversidade que, a partir dos movimentos sociais, exigiram políticas públicas de educação para grupos distintos e com necessidades diferentes. Utilizando-nos da caixa de ferramentas do filósofo francês, pretendemos perseguir como as disputas discursivas foram travadas, entre Antropologia e Pedagogia, no campo da Educação.

Tomaremos o cuidado ao operar com esse tripé, uma vez que, se estancados como conceitos foucaultianos, correremos o risco de perder a “movência” necessária do pensamento para que a superfície do arquivo nos mostre como se deram seus caminhos, podendo a interpretação forjar uma representação do arquivo, o que de fato não se propõe aqui. Para tanto, nos aproximaremos do entendimento do autor Alfredo Veiga-neto, que no livro Foucault e Educação, estabelece esse tripé como domínios do interesse foucaultiano, o que traz a leveza e mobilidade necessários para passearmos pelo arquivo escutando seus arranjos e configurações, a partir dos temas emergentes em cada cena histórica.

Se o poder, no sentido foucaultiano, é ação sobre outras ações, partimos da hipótese que a Antropologia, ao convocar para si a capacidade de dizer o que é um trabalho etnográfico e como operar o arcabouço teórico dos grandes antropólogos, por sua legitimidade acadêmica passa a endereçar ao campo da Pedagogia uma crítica epistemológica, uma disputa de saberes acadêmicos.

A partir de meados da década de 1990, quando o campo da educação passa a se interessar pelos métodos etnográficos, autores como Neusa Gusmão e Marli André, passam a criticar a maneira como a Pedagogia se apropria da etnografia. Em seu

livro *Etnografia da Prática Escolar (1995)*, André traz para o centro da discussão a crítica ao uso da Etnografia apenas método (ANDRÉ, 1995).

Da mesma forma, Neusa Gusmão em *Antropologia e Educação: Origens de um Diálogo* (Artigo de 1997), em um trabalho intenso argumenta que a Antropologia tem tradição em estudar a Educação e tenta lastrear em estudos de décadas anteriores o domínio da Antropologia em fazer estudos culturais no campo da Educação. Gusmão argumenta, ainda, que se as condições históricas não possibilitaram que a Antropologia brasileira elegesse a Educação como objeto nobre de seu endereçamento acadêmico, faz-se necessário corrigir o erro, não deixar nas mãos da Pedagogia esse debate.

Num esforço de analisarmos os processos dinâmicos das relações de poder e saber⁶ entre as duas disciplinas, faz-se necessária uma pergunta sobre a proveniência desse debate. Não iremos pelo caminho da descoberta das metodologias e quem as aplica de forma mais eficaz, mas como diz Veiga-Neto sobre a Pedagogia:

Enquanto construções históricas, saberes e práticas não estavam à espera de serem descobertos pela Pedagogia, mas se engendraram entre si e instituíram um campo que se passou a chamar de Pedagogia. Mas, além disso, pretendo mostrar que essa construção não parte simplesmente de uma suposta capacidade humana de criar racionalmente os saberes, mas sim de uma vontade de poder que se situa na esfera da vida social e que só a partir daí é que se criam e se combinam discursivamente os diferentes saberes. (VEIGA-NETO: 2: 2004)

Apostamos que as relações de poder entre a Antropologia e a Pedagogia, pela disputa e pelo enfrentamento, são produzidas como discurso e produzem saberes. Eis o centro dessa argumentação, essa disputa. Desde a etimologia das palavras à constituição desses campos do conhecimento, os saberes antropológicos e pedagógicos em disputa, buscamos tecer as trilhas desses embates acadêmicos. Acreditamos que essa disputa gera novos saberes, e, portanto, fazem emergir verdades. Verdades estas que, uma vez estabelecidas, organizam as produções científicas nesses campos e se afetam entre si.

Para Foucault, essa disputa de poderes é produtiva, sendo que a partir dos enfrentamentos desses campos produz-se outro conhecimento e outra forma de pesquisar a educação. Friedrich Nietzsche, filósofo alemão que trouxe para o debate do início do

⁶ Dentre os domínios foucaultianos, o saber e o poder formam um par conceitual que indicam conhecimento e autoridade: se a Antropologia domina o saber etnográfico, logo, ela tem o poder de dizer como fazer um.

século XX a questão da verdade, escrevendo sobre a emergência, construção e invenção desta. É profícuo recorrermos à metáfora das espadas, apresentada pelo filósofo em *Sobre a mentira e verdade no sentido extra moral*, em que no embate de duas espadas produz-se uma centelha, e o que seria uma centelha senão um conhecimento gerado dos embates de duas verdades e que não é do mesmo ferro do que elas?

Ou, ainda, podemos dizer que antes de falarmos de verdade, precisamos falar de saberes e como estes produzem as verdades. Se as verdades são produzidas, essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, e de como esses mecanismos de poder induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdades têm, elas próprias, efeito de poder sobre um campo de conhecimento (FOUCAULT, 2012)

Em uma entrevista de 1977, intitulada Poder e Saber, Foucault diz: “Entendo por verdade o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros”. Assim, melhor usarmos as relações de poder - no campo acadêmico, diferenciam os campos do conhecimento e cabe a nós perguntar: qual o objetivo dessa diferenciação e de que forma esta se constituiu e se apresenta? As relações de poder agenciam e cruzam práticas em certas condições históricas que as permitiram. Assim, se há uma trama entre poder-acadêmico e saber-acadêmico, o primeiro a partir do segundo faz emergir efeitos de verdade.

Na trama social, existem instrumentos que acumulam o saber: desde técnicas de arquivamento; de conservação e de registro de métodos de investigação e de pesquisa, de aparelhos de verificação, etc (REVEL, 2005). As disputas de poder não produzem ciência, mas produzem saberes e, através desse acúmulo de saberes, os campos do conhecimento com seus arcabouços teóricos apontam para aquilo que dizem verdadeiro.

Sendo assim, não se trata do caminho mais certo da verdade, mais qual o caminho acidental da verdade. Nessa perspectiva, cabe a nós interrogarmos os jogos de verdade que a Pedagogia e Antropologia compõem com suas teorias, metodologias e práticas de pesquisa.

As disputas discursivas

Diria que As palavras e as coisas, sob seu aspecto literário, puramente especulativo, é igualmente um pouco isto, o balizamento dos mecanismos de poder no interior dos próprios discursos científicos: a qual regra somos obrigados a obedecer, em uma certa época, quando se quer ter um discurso científico sobre a vida, sobre a história natural, sobre a economia política? (FOUCAULT:226:2006).

Se por um lado a Antropologia resiste à instrumentalização da Etnografia, podemos dizer, pelo outro, que Pedagogia não aceita ser vista apenas como prática escolar. Essas relações de saber e de poder compõem o que chamaremos de disputas discursivas. Em a Ordem do Discurso, Foucault aponta três princípios de exclusão que ordenam o discurso: o primeiro deles é a interdição; outro princípio é a separação e a rejeição; o terceiro princípio diz respeito à vontade de verdade.

Se, baseados na pergunta inicial sobre a constituição da aproximação dos campos e as disputas discursivas entre esses, vemos que interditar um certo uso das ferramentas acadêmicas, de separar os usos e rejeitar o uso alheio e defender um uso verdadeiro, podem ser balizas para a análise dos discursos que encontraremos nos anais dos congressos.

Discursos que, por sua vez, pronunciados daquela maneira, daquele campo do conhecimento e com aquele arcabouço teórico, se mostram verdadeiros, como metas a serem alcançados pelos possíveis pesquisadores: tanto no manejo das ferramentas como nas reflexões epistemológicas. O que trava uma luta entre esses campos, mas também tem efeitos mútuos nestes, fazendo surgir novos modos e questionamentos de pesquisa.

Enquanto a Antropologia acredita que a Pedagogia carrega consigo uma característica institucional homogeneizadora, justamente por causa do espaço escolar. A Pedagogia aponta para a instrumentalização da etnografia como ferramenta para suas reflexões teóricas para a construção do espaço da escola e dos métodos de ensino.

Veiga-Neto, em Foucault e Educação, ao falar sobre resistência ao poder, argumenta que resistência ao poder não é a antítese do poder, não é o outro do poder, mas é o outro numa relação de poder.

Ainda em *Foucault e Educação*, Veiga-Neto diz:

Em vez de entender que existem tais blocos antagônicos e se procurar contrapô-los, talvez seja mais interessante e produtivo, em termos tanto teóricos quanto políticos, perguntar pelos processos que estabelecem uma verdade, pois é aí que se dão a arbitrariedade e a violência da exclusão, e não propriamente dentro de um discurso, nas proposições em si. (VEIGA-NETO, A: 125: 2005)

Se Antropologia se mostra resistente à maneira como a Pedagogia vem adentrando o seu campo de conhecimento, a Pedagogia vê uma necessidade em adentrar ao campo da cultura e diversidades culturais, haja vista as demandas históricas que forçam um deslocamento da escola, para que essa continue existindo. No ano de 1995, início do nosso arquivo, André diz que há uma difusão da perspectiva de que só é possível realizar estudos do tipo etnográfico e não Etnografias no campo *stricto* da Educação.

Em 1997, Gusmão defende que se faz necessário vencer uma instrumentalização da antropologia pela Pedagogia, que propicia muitos equívocos (GUSMÃO, 1997). Em 2015, no último ano do nosso arquivo, Oliveira escreve na introdução do Dossiê de Antropologia e Educação a seguinte provocação:

Reconhecemos, ainda, que esse diálogo não ocorre sem o estabelecimento de tensões entre esses campos disciplinares, dado que a apropriação da antropologia pela educação vem se dando frequentemente de forma aligeirada, havendo uma separação entre o método e o substrato teórico que o norteia (OLIVEIRA, 2015).

São forças se chocando, a força do discurso antropológico cria um uso verdadeiro do método antropológico de fazer pesquisa. E essa criação, não é alheia ao processo histórico que a forja. Essa perspectiva de analisar as práticas discursivas como um jogo estratégico e polêmico é um produtivo caminho de pesquisa (FOUCAULT, 1999).

Ao defendermos que o discurso se produz nas relações de poder, apostamos que é possível verificar o saber produz efeitos de verdade na sociedade, como ele é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. E, além disso, uma vez estabelecido como verdade, esse discurso exerce um poder de coerção sobre os outros, ou ainda, um saber que exerce uma ação sobre o outro, no caso, como a tensão entre os campos do conhecimento produzem efeitos de verdade um sobre o outro.

O mapa da Antropologia da Educação nos Anais da Anpocs entre 1995-2015

Como essa é a primeira fase da pesquisa, optamos por trabalhar com a localização do tema no cenário mais amplo das Ciências Sociais, por isso, esse trabalho se dedicou apenas a caracterizar os temas na área da educação que mais estiveram presentes na Anpocs. Concluímos que os dados encontrados corroboram com a nossa hipótese, por ter tido um seminário temático inteiro sobre Educação Indígena no ano de 1997 – com nove trabalhos. Mais adiante, trabalhos que relacionavam Antropologia e Educação, mais diretamente, eram escassos.

Assim, nos congressos da Anpocs, o Grupo de Trabalho Educação e Sociedade atua desde os anos 1980, com caráter mais sociológico. No ano de 2014, esse GT deu espaço para um Grupo de Trabalho voltado, exclusivamente, para o Ensino Superior. Há três anos, houve a aprovação de um Simpósio de Estudo de Pós-Graduados chamado Ciências Sociais e Educação.

Apresentaremos o balanço dos trabalhos em duas organizações: divididas nos temas a. Ensino Superior; b. Políticas Públicas; c. Ensino em Geral; d. Ensino de Sociologia e Antropologia; e. Educação e Mercado de trabalho; f. Escola e questões sociais; g. Discussões teóricas e educação; h. Educação Indígena; i. Formação de Professores e houve um trabalho que não se encaixava nesses grandes temas, pois se tratou de um balanço do GT Educação e Sociedade, apresentado em 1995. E uma divisão que procurava os trabalhos que envolviam Antropologia e Educação, de alguma maneira, que foram 17 totalizando cerca de 10% dos 183 trabalhos apresentados.

Foram 13 Mesas sob o Título de Educação e Sociedade (alternados entre Seminário Temático ou Grupo de Trabalho); um Seminário temático sobre Educação Indígena (1997); um Seminário Temático nomeado “Sociedade brasileira e educação: o que já sabemos? O que precisamos saber?” (em 2007, que coincidiu com o auge das políticas de expansão do ensino superior da era Lula); um Seminário Temático nomeado: “Do ponto de vista das crianças: pesquisas recentes em ciências sociais” (que abarcou os estudos de educação do ano de 2010); um Seminário Temático nomeado Sociologia da Adolescência e da Juventude (que no ano de 2013, abarcou as questões de educação); dois Simpósios de Pesquisas Pós-Graduadas Ciências Sociais e educação: dilemas e

possibilidades na produção do conhecimento (nos anos 2014 e 2015). Nos anos 2001 e 2004, não houve GTs ou STs que abarcassem o tema Educação.

De modo geral, as Ciências Sociais brasileiras estiveram, e estão, muito preocupadas com o ensino superior e com questões sociais que envolvem o espaço escolar. Dos 183⁷ trabalhos considerados dentro do escopo Ciências Sociais e Educação, 48 foram sobre Escola e questões Sociais (Violências, questões raciais, classes sociais, estudos populacionais, etc.), seguido de 45 trabalhos sobre Ensino Superior (quer seja sobre a qualidade do ensino, sobre acesso ou políticas públicas), 31 sobre Relações entre Educação Mercado de trabalho, e 30 sobre Políticas Públicas para Educação. Os demais temas foram menos representados, mas estiveram presentes. Educação indígena, que nos pareceu o tema que mais uniu Antropologia e Educação teve, apenas, 12 trabalhos. Houve, ainda, outros 5 trabalhos que uniram Antropologia e Educação, quer seja pelo tema apresentado ou por se tratarem de Etnografias de espaços escolares.

Concluimos, nessa primeira fase do estudo, que além dos conflitos entre Antropologia e o campo dos Estudos Educacionais, que podemos ver na literatura que já se debruçou sobre isso (ANDRÉ, 1995; GUSMÃO 1997; PEIRANO, 1996; OLIVEIRA, 2015). Essa temática de pesquisa está em briga em seu próprio campo do conhecimento, com pouco espaço no maior Congresso das Ciências Sociais - o que mostra a expressão adjacente do tema no grande campo Antropologia. Para nós, é promissor estudar esses dados e os dados que serão recolhidos nas próximas fases, a partir das disputas dos discursos, saberes acadêmicos e poder, exercido entre e pelos campos do conhecimento envolvidos na temática Antropologia e Educação.

⁷ Divisão por grande área temática:

Ensino Superior: 45

Políticas Públicas para Educação: 30

Ensino no geral: 2

Ensino de Sociologia e Antropologia na Escola Básica: 2

Ensino e mercado de trabalho: 31

Escola e questões sociais: 48

Teoria Educacional: 10

Educação Indígena: 12

Formação de Professores: 2

Balances sobre o GT Educação e Sociedade: 1

BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, Marli. Etnografia da Prática Escolar. Campinas: Papirus: 1995.

AQUINO, Julio Groppa. A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico. Revista Brasileira de Educação, v.18, n. 53, p. 301-324, abr./jun. 2013.

AQUINO, Julio Groppa; JARDIM, Fabiana Augusta. Calçando os tamancos de Foucault: a biopolítica na pesquisa educacional brasileira. 2015. No prelo.

BRANDÃO, C. R. Cultura como Educação, Campinas/SP, Mercado de Letras, 2002.

CARVALHO, Edgar de Assis. "As relações entre educação e os diferentes contextos culturais." *Didática*, Marília, Unesp, 1989, vol. 25, pp. 19-26.

CARVALHO, S. M. S; RAVAGNANI, O. M; LAUAND, N. Antropologia e os dilemas da Educação, In: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1693/1374> Acessado em 4 de abril de 2016.

CARDOSO, Ruth - A aventura antropológica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

CASTRO, Edgardo. Introdução a Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

_____. Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

DAMATTA, Roberto - Relativizando, Uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.

FERNANDES, Florestan. "Notas sobre a educação na sociedade Tupi-nambá." *In*: Fernandes, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus Edusp, 1966, pp. 144-201.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

_____. História da Sexualidade I: a vontade de saber. 17ª edição, Graal. São Paulo, 2006

_____. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 9ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. História da Sexualidade II: o uso dos prazeres. 13ª edição, Graal. São Paulo, 2009.

_____. História da Sexualidade III: o cuidado de si. 10ª edição, Graal. São Paulo, 2009.

_____. A ordem do discurso. 20ª edição, Edições Loyola. São Paulo, 2010.

_____. Ditos e escritos, v. IV: estratégia, podersaber. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 199-217.

_____. Aulas sobre a vontade de saber, Martins Fontes, São Paulo, 2014.

GUSMÃO, Neusa. Antropologia e Educação: origens de um diálogo. *In*: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621997000200002
Acessado em 04 de abril de 2016.

GUSMÃO, N. Entrelugares: antropologia e educação no Brasil, *In*: <http://www.redalyc.org/pdf/1171/117112634003.pdf> acessado em 04 de abril de 2016.

LIMA, Janirza Cavalcante da Rocha. Antropologia e Educação: um diálogo

possível?. In: Inter-Legere. s/v, no 9, pp. 167-188.

NOGUERA –RAMIREZ, C. E. Pedagogia e governamentalidade ou da modernidade como uma sociedade educativa. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

Oliveira, A. Dossiê Antropologia e Educação in:

<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/issue/view/1154/showToc> acessado em 4 de abril de 2016.

OLIVEIRA, Amurabi. Sobre o lugar da educação na Antropologia brasileira. In: Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.24, n.1, p. 40-50, jan.-jun. 2015

PEIRANO, Mariza In: O problema da Antropologia no Brasil http://www.marizapeirano.com.br/capitulos/antropologia_no_Brasil_alteridade_contextualizada.pdf Acessado em 4 de abril de 2016.

PEIRANO, Mariza. A teoria vivida e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

REVEL, Judith. Michel Foucault: conceitos essenciais. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. - São Carlos : Claraluz, 2005.

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. Antropologia & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. Cruzando fronteiras- entre a antropologia e a educação no Brasil e na Argentina. Pró-Posições, v. 24, n. 2, p. 95-107, 2013.

VALENTE, Ana Lúcia E. F.. Usos e Abusos da antropologia na pesquisa educacional. In: ProPosições, v. 7, n. 20, p. 54-64, 1996.

VEIGA-NETO, Alfredo. Algumas raízes da Pedagogia moderna. In: ZORZO, Cacilda; SILVA, Lauraci D. & POLENZ, Tamara (org.). Pedagogia em conexão. Canoas: Editora da ULBRA, 2004. p. 65-83.

_____. Foucault e Educação. 2ª edição, Autêntica, São Paulo, 2005.

Documentos Oficiais

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.